

INFORMAÇÕES GERAIS

Identificação do requerente

Nome do requerente:

Identidade (RG):

CPF/CNPJ:

Endereço:

Nº

Compl.:

Telefone:

Bairro:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Identificação do procurador (caso haja)

Nome do procurador:

Identidade (RG):

CPF/CNPJ:

Motivo

-] Recolhimento a maior do imposto em virtude do preenchimento equivocado da Declaração de Transações Imobiliárias – DTI.
-] Recolhimento de dois ou mais documentos de arrecadação (DAMSP) distintos para a mesma transação imobiliária.
-] Recolhimento do mesmo documento de arrecadação (DAMSP) duas ou mais vezes.
-] Recolhimento do imposto relativo a transação imobiliária para a qual haja reconhecimento administrativo ou judicial da imunidade ou não-incidência do ITBI.
-] Recolhimento do imposto pelo Valor Venal de Referência – VVR em transação imobiliária para a qual haja resultado favorável em processo de avaliação especial para fins de tributação do ITBI.
-] Outra não enquadrada em nenhuma das hipóteses anteriores.

Pedido

-] Solicito a restituição dos valores de ITBI pagos indevidamente ou a maior

OBS.: O prazo para pleitear a restituição é de 5 (cinco) anos contados da data do pagamento.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

ASSINATURA DO INTERESSADO

____/____/____
DATA

(Vide próxima página)

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

Nº da Transação	Cadastro do Imóvel (SQL)	Valor Pago	Valor a ser devolvido (Não preencher, se não conseguir calcular o valor)

Caso o pedido envolva mais de 5 (cinco) imóveis, favor mencioná-los no “Módulo anexo - Aditamento: Inclusão de outros imóveis”.

Justificativa (preenchimento obrigatório)

OBSERVAÇÃO 1: No campo “Justificativa”, acima identificado, deverão ser elencados todos os motivos que justificam a devolução dos valores pagos a título de ITBI, sob pena de indeferimento do pedido de restituição.

OBSERVAÇÃO 2: O presente formulário poderá ser preenchido de forma totalmente legível, sob pena de indeferimento do pedido de restituição.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

ASSINATURA DO INTERESSADO

____/____/____
DATA

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

Documento	Via / Autenticidade	Descrição
Instrumento de transmissão	1 Cópia simples	Escritura pública, instrumento particular de compra e venda com financiamento junto ao banco, contrato de cessão de direitos, auto de arrematação, auto de adjudicação, escritura pública de divisão amigável, processo judicial de inventário, separação ou divórcio, etc., conforme o caso
Guia de ITBI recolhida	1 Cópia simples	Guia de recolhimento do ITBI a ser retificada juntamente com o respectivo comprovante de pagamento
IPTU do imóvel	1 Cópia simples	Notificação/Recibo do IPTU ou Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel (disponível no site da Prefeitura)
Matrícula do imóvel	1 Original ou Cópia simples	Certidão imobiliária atualizada (matrícula) já registrada em nome da pessoa que adquiriu o imóvel
Documentos pessoais	1 Original com Cópia simples	RG e CPF do interessado (e, se for o caso, do seu procurador), acompanhado do contrato social ou estatuto, caso o requerente seja pessoa jurídica
Procuração específica (se for o caso)	1 Original ou Cópia simples	Pode ser pública ou particular com firma reconhecida, sendo necessária somente se a pessoa que assinar o formulário não for a mesma em nome da qual foi emitido o documento de arrecadação (DAMSP)

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

1. O interessado poderá acompanhar o andamento do processo, via internet, por meio do endereço <http://simprocservicos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/Principal.aspx>, devendo clicar em **“Consulte um processo por número/documento Acompanhe sua solicitação”** e, por fim, digitar o nº do processo no campo **“Número (Processo/Documento/Solicitação)”**.

2. O acesso ao resultado do processo ocorrerá por um dos seguintes meios:

2.1. Requerente pessoa física: Deverá acessar, via internet, endereço <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>, digitando o número do processo em **“BUSCA EM MATÉRIAS”**, clicando em **“Busca avançada”** e, em seguida, na opção **“No conteúdo”** do menu **“Onde pesquisar”**, para, finalmente, selecionar como Tipo de documento **“Despacho deferido”** e clicar em **“Pesquisar”**.

Caso o sistema não tenha encontrado nada, selecione como Tipo de documento **“Despacho indeferido”** e clique novamente em **“Pesquisar”**.

2.2. Requerente pessoa jurídica estabelecido no município de São Paulo: Deverá acessar, via internet, o **DEC - DOMICÍLIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO PAULISTANO** (Lei nº 15.406/2011, Decreto nº 56.223/2015 e IN SF/SUREM nº 14/2015) pelo endereço <https://dec.prefeitura.sp.gov.br>, ficando a administração, nestes casos, dispensada de efetuar a publicação no Diário Oficial da Cidade, bem como a intimação pessoal ou o envio do comunicado via postal.

2.3. Requerente pessoa jurídica estabelecido fora do município de São Paulo: Deverá acessar, via internet, endereço <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>, digitando o número do processo em **“BUSCA EM MATÉRIAS”**, clicando em **“Busca avançada”** e, em seguida, na opção **“No conteúdo”** do menu **“Onde pesquisar”**, para, finalmente, selecionar como Tipo de documento **“Despacho deferido”** e clicar em **“Pesquisar”**.

Caso o sistema não tenha encontrado nada, selecione como Tipo de documento **“Despacho indeferido”** e clique novamente em **“Pesquisar”**.

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Caso o recolhimento a maior ou indevido do ITBI tenha ocorrido em virtude de o próprio instrumento particular ou escritura pública mencionar incorretamente o número de cadastro (SQL) do imóvel, o valor (ou preço) da transação, ou qualquer outro elemento do negócio imobiliário, o interessado deverá providenciar a retificação, ressalva ou aditivo do referido instrumento ou escritura, de modo que nela passe a constar a informação correta, em que vez da que constava.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

PORTARIA SF/SUREM nº 48, de 03 de agosto de 2018

Art. 2º A convocação do contribuinte ou interessado para complementação da documentação ou prestação de esclarecimentos poderá ser efetuada somente para suprir aspectos pontuais e específicos acerca do pedido de restituição.

Parágrafo único. Fica vedada a convocação do contribuinte ou interessado em desacordo com o disposto no “caput” deste artigo, notadamente quando:

I – não tiver sido comprovada a legitimidade do requerente ou do destinatário da restituição;

II – não tiver sido juntado algum dos documentos obrigatórios para apresentação do pedido de restituição;

III - em caso de preenchimento manual do formulário para apresentação do pedido, o texto estiver ilegível, impossibilitando ou prejudicando a sua leitura e compreensão;

IV - o pedido tiver sido formulado sem a clara exposição dos motivos que justificam a devolução dos valores pagos indevidamente, a maior ou em duplicidade;

(...)

VIII - em se tratando de restituição relativa ao Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição – ITBI, o pedido tiver sido apresentado sem elementos mínimos que possibilitem a identificação da transação imobiliária declarada pelo contribuinte ou interessado.

Art. 4º O pedido de restituição será indeferido liminarmente quando:

(...)

II – for verificada a ocorrência de qualquer situação em que seja vedada a convocação do contribuinte ou interessado, nos termos do parágrafo único do artigo 2º desta portaria;

III – o contribuinte ou interessado não houver atendido, no todo ou em parte, a convocação efetuada pela administração.